

O “caso Abel Parente”, os homens de letras e a disseminação do saber científico nos primórdios da República¹

The “Abel Parente affair”, the literary community and the dissemination of scientific knowledge in the early Republic

Leonardo Mendes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
leonardomendes@utexas.edu

Renata Ferreira Vieira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
rfv_30@yahoo.com.br

Resumo: Este estudo revisita e expande a história de uma polêmica científica que agitou a sociedade brasileira nas décadas de 1890 e 1900: o “caso Abel Parente”. A polêmica resultou em investigações policiais e dois processos contra o médico italiano Abel Parente (1851-1923) que, a partir de 1893, anunciou seu método de contracepção nos jornais do Rio de Janeiro. O apoio dos homens de letras foi crucial para a vitória do médico nos dois processos. Compreendido pelos setores conservadores da classe médica e da sociedade como uma forma de aborto, o tratamento desenvolvido por Abel Parente gerou intenso debate acerca da contracepção e da interrupção da gravidez nos primórdios da República, constituindo-se um capítulo da história da ciência no Brasil.

Palavras-chave: História da ciência; Aborto; República; História da Medicina no Brasil.

Abstract: This study revisits and expands the history of a scientific controversy that caused an upheaval in Brazil in the decades of 1890 and 1900: the “Abel Parente affair”. The controversy resulted in police investigations and two lawsuits against the Italian doctor Abel Parente (1851-1923), who starting in 1893 announced his contraception method in Rio de Janeiro newspapers. The literary community’s support was crucial for the physician’s victory in both indictments. Understood by the conservative sectors of the medical profession and society as a form of abortion, the treatment developed by Abel Parente gave rise to an intense debate about contraception and the termination of pregnancy in the early days of the Republic, forming a chapter in the history of science in Brazil.

Keywords: History of Science; Abortion; Republic; History of Medicine-Brazil.

Artigo recebido para publicação em: Julho de 2015

Artigo aprovado para publicação em: Dezembro de 2015

¹ Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da FAPERJ.

Introdução

Em janeiro de 1893, atendendo ao pedido do médico e parteiro italiano Abel Parente (1851-1923), os jornais do Rio de Janeiro publicaram anúncios sobre um novo método, por ele desenvolvido, capaz de prevenir para sempre a concepção. Prescrita em casos de gravidez problemática ou indesejada, a esterilização feminina definitiva consistia numa técnica de cauterização da mucosa uterina, associada a um tratamento de injeções esterilizadoras. O método não era detalhado para o público, havia dúvidas se o efeito podia ser definitivo ou apenas temporário e, além disso, não era um procedimento barato. Na virada do século, um tratamento de esterilização com Abel Parente durava vários meses e podia custar até dois contos de réis, numa época em que o salário médio mensal do funcionalismo público era quatro ou cinco vezes menor.²

Embora não fosse um procedimento para interromper a gravidez, a medida contraceptiva foi compreendida por setores conservadores do meio científico e da sociedade como uma forma de castração, um encobrimento da prática do aborto e até de curandeirismo. A novidade agitou a imprensa e a opinião pública. Os jornais e os homens de letras se posicionaram contra ou a favor de Abel Parente. O debate se estendeu de janeiro de 1893 até o final da primeira década do século XX. Era um assunto explosivo que estremecia um dos pilares da sociedade patriarcal: o controle sobre o corpo da mulher.

Partimos dos estudos pioneiros de José Leopoldo Ferreira Antunes e Fabíola Rohden³ sobre o “caso Abel Parente” e expandimos com nova pesquisa de fontes, dados e pontos de vista extraídos dos periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira (FBN), assim como da ficção do período. Nosso objetivo é contar a história da polêmica científica com base nos posicionamentos dos homens de letras e especular sobre o impacto que o debate causou – e as ansiedades que encobria – na sociedade brasileira das duas primeiras décadas republicanas.

O médico Abel Parente

Formado em medicina, em 1875, pela Universidade de Nápoles, na Itália, Abel Parente imigrou para o Brasil no ano seguinte, aos 25 anos. Aqui se submeteu aos exames da Academia Nacional de Medicina para clinicar obstetrícia e ginecologia. Aprovado com louvor, dedicou-se às “moléstias das senhoras”, denominação dada, na época, à clínica ginecológica.⁴ As fontes sugerem que ele tinha boa clientela e era reconhecido como um bom profissional. Nas estatísticas da Imperial Farmácia Diniz sobre os médicos cujas receitas haviam sido aviadas no estabelecimento nunca faltava o nome de Abel Parente.⁵ Em maio de 1882, a paciente Paulina Maria Farani publicou na imprensa uma carta de agradecimento ao ginecologista pela cura de uma endometrite cervical crônica, conhecida por “catarro uterino”.⁶ Como ela, ao longo dos anos,

² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1^o/12/1900. Quando morreu, o escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897) recebia em torno de 300 mil réis mensais como funcionário do Tesouro Nacional, no Rio. Ver: BEZERRA, Carlos Eduardo. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 46.

³ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998; ROHDEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

⁴ *O Álbum*, n. 25, Rio de Janeiro, jun. 1893. p. 193.

⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1^o/08/1890. p. 2.

⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/05/1882. p. 2.

outras pacientes usaram as páginas dos jornais para reconhecer o talento do médico italiano no tratamento e na cura das “moléstias das senhoras”.

Em 1893, quando foi investigado pela primeira vez, Abel Parente vinha clinicando com sucesso no Rio de Janeiro havia mais de quinze anos. Àquela altura já praticara mais de quinhentas operações ginecológicas e obstétricas bem-sucedidas.⁷ Aos sábados dava consulta gratuita aos necessitados e fazia sem cobrar “qualquer operação ginecológica em mulheres pobres”.⁸ Especializado no tratamento de “moléstias internas, uterinas e sifilíticas”, Abel Parente foi pioneiro no Brasil ao usar o *speculum*, instrumento utilizado para dilatar a vagina em exames ginecológicos.⁹ O médico enriqueceu no Rio de Janeiro e tornou-se proprietário de vários imóveis, incluindo, em 1898, o palacete – que Pedro I mandara construir para a marquesa de Santos – na rua Pedro Ivo, nº 147, em São Cristóvão, onde hoje funciona o Museu do Primeiro Reinado. Ali Abel Parente instalou uma bem-sucedida “clínica de senhoras”.¹⁰

Além do atendimento às pacientes, Abel Parente publicou vários artigos sobre a saúde da mulher, entre eles, “Diagnóstico clínico diferencial entre cancro uterino e a metrite crônica”, na *Brasil Médico*, revista semanal da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e três dissertações nos *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Medicina* (1889): “A ergotina no puerpério”, “Indicações e contra-indicações da histerotomia nos casos de tumor fibroso do útero” e “As ulcerações do colo do útero, sua frequência no Brasil, causas que para isto concorrem, tratamento curativo e profilático”.¹¹ Sua contribuição de maior relevância, entretanto, foi a pesquisa para prevenção da concepção. Dessa investigação resultou o procedimento que gerou a polêmica em torno do aborto e de métodos contraceptivos nos primórdios da República.

Figura 1



O médico italiano Abel Parente aos 42 anos.
Fonte: *O Álbum*, jun. 1893, ano 1, n. 25.

⁷ *O País*, Rio de Janeiro, 05/02/1893. p. 3.

⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25/01/1890. p. 2.

⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/09/1882. p. 2.

¹⁰ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24/07/1920. p. 1.

¹¹ *O Álbum*, n. 25, Rio de Janeiro, jun. 1893. p. 194.

A polêmica e o primeiro processo

A fagulha da polêmica foi a decisão de Abel Parente de divulgar sua descoberta nos anúncios dos jornais em vez de publicá-la nos anais científicos. Tal medida ampliava o público atingido, incluindo as mulheres e os milhares de leitores de jornal, que tomavam conhecimento de um método contraceptivo sem o aval da comunidade científica. A iniciativa escandalizou a classe médica. Liderado pelo clínico Públio Constâncio de Mello (1855-1904), um grupo de médicos pediu abertura de sindicância contra Abel Parente, acusando-o de charlatanismo, de provocar lesões corporais e por atentado ao pudor. Públio de Mello era formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (turma de 1882), membro da Academia Nacional de Medicina (na qual ocupava cargos de direção) e médico da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.¹² “Especialista em moléstias de crianças”, o principal acusador de Abel Parente era um médico reconhecido, com atuação destacada na Sociedade de Higiene do Brasil, ligado às autoridades do governo republicano e dotado de prestígio bastante para associar seu nome a medicamentos vendidos nas farmácias da cidade, como a “Água Inglesa de Granado”, indicada para tratamento da malária.¹³

Públio de Mello discursou contra o médico italiano na Sociedade de Higiene do Brasil, em janeiro de 1893, e publicou a memória *O charlatanismo: protesto contra a esterilidade da mulher pelo processo secreto do Dr. Abel Parente*,¹⁴ na qual alertava para o “perigo” dos métodos anticoncepcionais. Sem medo de engravidar, a mulher teria liberdade para ter vida sexual autônoma, desviando-se do caminho “natural” da família para a senda da “prostituição clandestina”.¹⁵ No imaginário da época, esta era a mais perigosa das prostituições, pois era exercida no seio das famílias por mulheres que se passavam por costureiras, floristas ou parteiras.¹⁶ De um ponto de vista mais abrangente, o tratamento de Abel Parente colocava em risco o próprio funcionamento da sociedade, influenciando “no decréscimo da taxa de natalidade”.¹⁷ O argumento da diminuição da população era persuasivo numa sociedade que precisava importar mão de obra para a lavoura e a indústria, como explicava um editorial do *Cidade do Rio*: “Enquanto gastamos dinheiro para atrair a gente estrangeira, o médico acaba com a gente indígena”.¹⁸ Em outro violento editorial de primeira página, o jornal resumiu: “o médico italiano prejudica os interesses do país, ofende a moral, facilita a prática de crimes, atenta contra a lei e desonra nossa civilização”.¹⁹

Além das questões morais e sociais, havia uma importante crítica científica. Para Públio de Mello, o tratamento de Abel Parente não era seguro. Ele questionava as bases científicas das prescrições e duvidava da eficácia do tratamento. Na avaliação do clínico, a curetagem uterina podia mutilar o órgão reprodutor da mulher e provocar o aborto. Mas não se podia certificar o que Abel Parente fazia na realidade, já que ele reivindicava a propriedade intelectual do invento e só tornaria públicos os detalhes se o governo da República o ressarcisse pelo trabalho de pesquisa.²⁰ O mistério em torno do procedimento permitia a acusação de charlatanismo e curandeirismo, pois o médico “vendia remédios ocultos”, incorrendo em crime

¹² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27/09/1894. p. 3.

¹³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24/07/1892. p. 7.

¹⁴ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Crimes, sexo, morte. Avatares da medicina no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. p. 215.

¹⁵ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 17/02/1893.

¹⁶ Ver: ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1849-1890*. São Paulo: Brasiliense, 1989. A figura da prostituta servia como “contraideal necessário para dar limites à liberdade feminina”. Ver: ROHDEN, Fabíola. *Op. cit.*, 2000. p. 191.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05/02/1893. p. 1.

¹⁸ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 12/02/1893. p. 1.

¹⁹ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 08/02/1893. p. 1.

²⁰ *O país*, Rio de Janeiro, 05/02/1893. p. 2.

contra a saúde pública, com pena de prisão e multa.²¹ No Código Penal de 1890, o aborto, bem ou malsucedido, era crime passível de pena de dois a seis anos de prisão. Se fosse provocado por um médico, a pena podia chegar a 24 anos de prisão, com privação do direito de exercer a medicina.²²

Do lado da acusação ficaram, na capital federal, o *Jornal do Brasil*, o conservador *Jornal do Comércio* e o importante jornal *Cidade do Rio*, do influente jornalista negro José do Patrocínio (1853-1905), que, em fevereiro de 1893, publicou na íntegra o protesto de Públio de Mello na Sociedade de Higiene do Brasil. Nos estados, a *Gazeta Médica da Bahia*, o *Correio Paulistano* e o *Órgão Oficial dos Poderes do Estado de Minas Gerais* também se posicionaram a favor da apuração das denúncias e da punição dos culpados. O *Jornal do Brasil* e o *Cidade do Rio* capitanearam uma campanha contra Abel Parente. Com títulos dramáticos de “O bloqueio da vida”, os editoriais denunciavam a ilegalidade dos “reclames do ilustre médico”, que abriam a porta para “abusos e escândalos, o crime e a imoralidade, previstos no código penal”.²³ Empenhados em insuflar a ira popular, alardeavam que o tratamento do ginecologista “prometia dar cabo da humanidade por meio de uma esterilização definitiva sem comprovação científica”.²⁴ O *Jornal do Brasil*, de inclinação monarquista, publicava notas sem assinaturas, denunciando Abel Parente. O articulista E. P. usou pelo menos cinco vezes sua coluna diária na primeira página, nos meses de fevereiro e março de 1893, para manifestar seu repúdio ao médico. No auge da campanha de difamação, chegou a pedir a deportação de Abel Parente por ser estrangeiro.

A promotoria pública foi acionada. O primeiro promotor, o eminente jurista Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906),²⁵ recebeu a petição e abriu inquérito em 9 de fevereiro de 1893, denominando-o de “Caso Abel Parente”.²⁶ O promotor requereu abertura de uma investigação policial e tratou de ouvir especialistas. As testemunhas de acusação foram recrutadas entre membros da Sociedade de Medicina e Cirurgia e incluía os médicos Érico Coelho e Augusto Brandão, lentes de medicina legal e ginecológica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.²⁷ Um dos integrantes da comissão, o médico Caetano Werneck, manifestou seu repúdio a qualquer medida empregada “antes, durante ou depois” do ato sexual com o fim de impedir a gravidez. Para ele, ser mãe era a “principal prerrogativa” da mulher. As práticas médicas sob investigação permitiam à mulher abdicar desse privilégio “para transformar-se em simples máquina de prazer”.²⁸ Ao desvincular o sexo da procriação, o tratamento de Abel Parente era atentatório ao pudor.

Como prova de charlatanismo e de prática pseudocientífica, a acusação apresentou casos malsucedidos da clínica de Abel Parente. O médico Carolino de Almeida alegou conhecer uma paciente que

²¹ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 06/02/1893. p. 1.

²² “É considerado delito praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública”. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 20/01/2015.

²³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05/02/1893. p. 1.

²⁴ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05/02/1893. p. 1.

²⁵ Viveiros de Castro foi o maior especialista em crimes sexuais do Brasil no século XIX. Valendo-se do conhecimento científico da época, ele foi o principal introdutor de um saber médico-jurídico sobre os delitos sexuais no alvorecer da República. Ver: MARTINS JUNIOR, Carlos. Sob o signo de Otelo: Francisco José Viveiros de Castro e as “contradições” na jurisprudência sobre crimes passionais. *Revista de História*, n. 135, jul./dez. 1996. p. 61-78. No ano seguinte à polêmica do “caso Abel Parente”, o jurista publicou sua obra mais importante: *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* (1894), na qual descreveu, com farta pesquisa histórica, casos considerados então como “aberrações” sexuais, tais como o sadismo, a pederastia, o exibicionismo, o incesto, a necrofilia, o fetichismo, a zoofilia e até a “lubricidade senil”. Ver: CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1943.

²⁶ *O País*, Rio de Janeiro, 10/02/1893. p. 1.

²⁷ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 06/02/1893. p. 1.

²⁸ *Apud* ROHDEN, Fabíola. *Op. cit.*, 2000. p. 198.

sofreu hemorragia por seis horas, com síncope e vertigens, após ter sido operada pelo ginecologista.²⁹ O médico Augusto Brandão declarou conhecer uma senhora que, apesar de esterilizada por Abel Parente, concebeu de uma vez dois filhos.³⁰ A principal prova material da acusação foi produzida pela Sociedade de Higiene do Brasil quando foram apresentados dois fetos de quatro meses com queimaduras pelo emprego de ácido fênico, que Abel Parente supostamente injetava nas pacientes.³¹ Viveiros de Castro pediu um exame médico-legal das provas, que foi realizado pelos médicos Eduardo Chapot Prévost (1864-1907), professor catedrático de Histologia da Faculdade Nacional de Medicina, e Augustinho José de Souza Lima (1842-1921), professor catedrático de Medicina Legal e Toxicologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A autoridade policial indicou o médico Francisco Fajardo para participar do exame.

Os apoiadores

O principal apoiador de Abel Parente foi João Carlos de Medeiros Pardal Mallet (1864-1894), advogado e jornalista. Natural do Rio Grande do Sul e bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, Pardal Mallet foi um dos escritores mais promissores de sua geração. Ele se destacou na imprensa a partir de meados da década de 1880, quando batalhou pela abolição e pela república em vários periódicos, desde os grandes jornais, como a *Gazeta de Notícias* e o *Cidade do Rio*, até folhas efêmeras, criadas e dirigidas por ele, como *A Rua*, *O Meio* e, já no período republicano, o radical *O Combate*.³² No ano seguinte ao “caso Abel Parente”, Pardal Mallet publicaria o panfleto *Pelo divórcio*,³³ em que advogava pela legalização do divórcio como medida de libertação feminina. A morte prematura por tuberculose, em 1894, colaborou para o esquecimento de seu nome, mas, no início da década de 1890, Pardal Mallet era um escritor popular e influente, defensor de causas libertárias, conhecido por sua inteligência e disposição para a briga, com acesso aos escritores dominantes e às redações dos principais jornais da cidade.

Pardal Mallet colocou seu prestígio e sua influência a serviço de Abel Parente. Não só aceitou defendê-lo nos tribunais, como escreveu e publicou, em fevereiro e março de 1893, uma série de sete artigos em *O País* e no *Cidade do Rio* com o título de “A questão Abel Parente”, enumerando os principais argumentos da defesa. O primeiro e mais importante argumento era negar que o médico fosse um abortador. Deixando claro que sua posição era a mais avançada, Pardal Mallet garimpou definições de aborto na literatura científica contemporânea e amparando-se no prestígio de Alexandre Lacassagne (1843–1924) e Auguste Ambroise Tardieu (1818-1879), demonstrou que enquanto o aborto era a “expulsão prematura, violentamente provocada, do produto da concepção”, o método de Abel Parente, ao contrário, impedia a concepção:

O aborto provocado é um ataque contra feto e o que Dr. Abel Parente anuncia e pratica é um processo que impede a formação do feto. Enorme é, por conseguinte, a diferença que vai entre um caso e outro. Ela não permite confusões. E estas não se farão apesar de todo o esforço que em tal sentido procurem envidar.³⁴

²⁹ *O País*, Rio de Janeiro, 05/02/1893. p. 1.

³⁰ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 24/01/1893. p. 1.

³¹ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 16/01/1893. p. 1.

³² Ver SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação de Mestrado em História. Unicamp, Campinas, 2001.

³³ MALLET, João Carlos de Medeiros Pardal. *Pelo divórcio*. Rio de Janeiro: Fauchon & Cia. Livreiros-Editores, 1894.

³⁴ *O País*, Rio de Janeiro, 28/02/1893. p. 1.

Além disso, Pardal Mallet observou que, segundo o psiquiatra forense Henri Legrand du Saulle (1830–1886), a configuração do crime de aborto dependia da definição do início da vida. Embora o pensamento científico dominante reconhecesse o feto como indivíduo somente após a 12ª semana de vida intrauterina, para o Código Penal de 1890 as fases primitivas do embrião não impediam a aplicação da penalidade. Mesmo assim, argumentava Pardal Mallet, se houve algum aborto na clínica de Abel Parente, tratou-se do chamado “aborto obstétrico” ou “aborto legal”, um procedimento que não era incomum, previsto no artigo 302 do Código Penal, que garantia a legalidade da interrupção da gravidez para evitar a morte da gestante.³⁵

Para o advogado, Abel Parente estava sendo perseguido por colegas invejosos de seu talento e sucesso. Aos que acusavam-no de curandeirismo, pedia que mostrassem onde estavam os “preparados secretos” do médico, lembrando que cabia à acusação o ônus da prova.³⁶ Desse ponto de vista, o caso carecia de base factual e científica. Por isso os detratores do médico colocavam o debate quase que exclusivamente no terreno movediço da moral. Mas a moral, prescrevia Pardal Mallet, não podia interromper o avanço da ciência. A defesa invertia o argumento da “prostituição clandestina” e mostrava como tal julgamento, a pretexto de moralidade, na verdade aviltava a mulher brasileira, “supondo-a capaz de prostituir-se a torto e a direito, sem mais nem menos, somente porque um facultativo descobriu um processo de esterilização”.³⁷

Entre os grandes jornais, *O País* foi o que mais abertamente defendeu Abel Parente, reservando os melhores espaços da folha para dar destaque às vitórias e aos argumentos da defesa. E o médico também contava com a simpatia da *Gazeta de Notícias*, o mais influente jornal brasileiro do final do século XIX.³⁸ Desde a década de 1880, a *Gazeta* vinha publicando notas de agradecimento a Abel Parente pelos sucessos nos tratamentos de “moléstias das senhoras”. Por ocasião da abertura do inquérito, o jornal publicou uma nota de gratidão da baronesa de Guararema referente aos serviços clínicos prestados pelo médico. Como gesto de reconhecimento, a senhora presenteou-o com um luxuosíssimo tapete por ela bordado, num trabalho de cinco anos.³⁹ Nesse contexto acolhedor, dias antes da instalação do inquérito, a *Gazeta* publicou uma declaração de Abel Parente em que ele respondia às acusações e reforçava os argumentos de seus apoiadores:

Declaro ainda uma vez que não deve ser confundida a minha descoberta com os meios empregados para provocar o aborto, as fraudes conjugais, a castração, o uso de drogas e as teorias de *Malthus*, como podem testemunhar aqueles meus ilustres colegas que, não movidos por nenhum mesquinho motivo de inveja, compreendendo as brilhantes aplicações à clínica da minha descoberta me honram com sua confiança, dirigindo-me enfermos de sua clínica. Estes casos são:

1º Quando a mulher corre perigo de vida no parto, como nos casos de vício da bacia, que reclamam o aborto ou graves operações obstétricas.

2º Nos casos de moléstias genitais, que se opõem à gestação e ao parto, provocando repetidos abortos podendo causar a morte da doente, como nos casos de peri e parametrite e salpingite;

3º Em certos casos de vômitos incoercíveis que reclamam o aborto e quando a mulher é acometida de cólicas hepáticas com ictero;

4º Doenças do coração, do pulmão, que são agravadas ou podem ter êxito fatal pela gestação ou parto, como a tísica pulmonar, as lesões orgânicas do coração;

5º Nos casos de loucura provocada ou agravada pela gestação, parto, aborto ou aleitamento;

³⁵ Ver: ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

³⁶ *O País*, Rio de Janeiro, 02/03/1893. p. 1.

³⁷ *O País*, Rio de Janeiro, 02/03/1893. p. 1.

³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

³⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/01/1893. p. 2.

- 6º Tumores abdominais que impedem a gestação e o parto e reclamam graves operações obstétricas;
 - 7º Sempre que se trata de evitar gerar uma prole à qual seria inevitável a transmissão hereditária de moléstias graves, tais como a sífilis, a demência, a epilepsia, o câncer, a tísica;
 - 8º Sempre que pais idosos, nevropatas, alcoólicos, sífilíticos, caquéticos não queiram obter uma prole degenerada, raquítica e escrofulosa;
 - 9º Enfim nos casos de anemia profunda e miséria.
- Dr. Abel Parente.⁴⁰

Artur Azevedo (1855-1908) também cerrou fileiras com Abel Parente. No primeiro semestre de 1893, sua revista literária semanal *O Álbum* ia de vento em popa, com uma equipe de colaboradores do quilate de seu irmão Aluísio Azevedo (1857-1913), de Machado de Assis (1839-1908), do poeta Luiz Murat (1861-1929), do destacado crítico Valentim Magalhães (1859-1903) e de outros renomados homens de letras. Na seção “Crônica Fluminense”, de fevereiro de 1893, assinada por Artur, o “caso Abel Parente” era um dos assuntos comentados pelos personagens da história, um homem e sua colcha de inverno:

Crônica Fluminense

[...]

- Homem não durmas ainda! Conta-me as novidades. Tu sabes que sou uma colcha alegre; dize-me... Tem havido muitas coisas engraçadas?
- Há muito tempo não tínhamos quem nos fizesse rir. A vida fluminense arrastava-se monótona, com a lentidão e a melancolia do boi... Nem um fato cômico, nem uma chalaça inédita, nem uma nova invenção do Dr. Castro Lopes!⁴¹
- Deveras?
- Já estávamos todos resignados a morrer de aborrecimento, como tu no fundo da tua gaveta, quando apareceu o Dr. Abel Parente com a sua famosa descoberta para impedir que as mulheres concebam...
- [a colcha] Eu é que não concebo como a justiça consente...
- Já lá vamos: o Dr. Viveiros de Castro, promotor público, acusa o homem, mas o Dr. Francisco de Castro, chefe da repartição sanitária, defende-o; entre os dois Castros, o Dr. Parente pode **castrar** à vontade!⁴² (Grifo nosso)

Embora Artur Azevedo soubesse que o tratamento de Abel Parente não era uma forma de castração, o trocadilho da crônica ilustrava a confusão da população sobre o que o médico fazia com o corpo das mulheres. Esse trocadilho também destacava outro apoiador de Abel Parente: Francisco de Castro (1857-1901), professor de Clínica Propedêutica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Na época, ele ocupava o cargo de diretor da Diretoria Sanitária da capital federal, instituição responsável pela vigilância dos exercícios da medicina e da farmácia. O médico era ligado aos homens de letras e já havia publicado um livro de versos, *Harmonias errantes*, com prefácio de Machado de Assis.⁴³ No primeiro despacho sobre Abel Parente, solicitado por Viveiros de Castro, o diretor declarou que a publicação nos jornais dos anúncios do método preventivo do ginecologista não transgredia as normas legais do exercício da profissão. No decorrer do processo judicial, Francisco de Castro foi intimado a depor em favor de Abel Parente. Ele confirmou a diferença entre aborto e esterilização, garantindo que o tratamento do médico italiano não causava constrangimento ou prejuízo à saúde. Repetindo o argumento da defesa, tratava-se de impedir a gravidez “contraproducente”.⁴⁴

⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 20/01/1893. p. 2.

⁴¹ Antônio de Castro Lopes (1827-1901) foi um gramático de renome que apoiava o movimento “Abaixo o galicismo!” na língua portuguesa. Em 1886, ele foi caricaturado por Artur Azevedo na peça *O carioca*. Ver: BORTOLONZA, João. O poeta novilatino carioca Antônio de Castro Lopes. *Hvmanitas*, v. LI, 1999. p. 301-316.

⁴² *O Álbum*, n. 7, Rio de Janeiro, fev. 1893. p. 51.

⁴³ CASTRO, Francisco de. *Harmonias errantes*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Typ. de Moreira, Maximino, 1878.

⁴⁴ ROHDEN, Fabíola. *Op. cit.*, 2000. p. 205.

Machado de Assis

Machado de Assis era amigo de Francisco de Castro que apoiava Abel Parente, mas o escritor assumiu um posicionamento neutro (ou ambíguo), deixando claro seu desgosto de que tal assunto fosse debatido em público. Em sua crônica dominical na *Gazeta de Notícias*, em fevereiro de 1893, o escritor imagina ter morrido e que, ao deparar-se com São Pedro, este lhe pede que explique por que “um grande número de almas” que partiram em direção ao Brasil, naqueles dias, haviam retornado “sem se poderem incorporar”. O cronista explica:

- Há de ser obra de um médico italiano, um doutor... espera aí... creio que Abel, um doutor Abel, sim Abel... É um facultativo ilustre. Descobriu um processo para esterilizar as mulheres; afirma-se que nenhuma pode já conceber; estão prontas.
- As pobres almas voltavam tristes e desconsoladas; não sabiam a que atribuir essa repulsa. Qual é o fim do processo esterilizador?
- Político. Diminuir a população brasileira, à proporção que a italiana vai entrando; ideia de Crispi, aceita por Giolitti, confiada a Abel...
- Crispi sempre foi tenebroso.
- Não digo que não; mas, em suma há um fim político, e os fins políticos são sempre elevados... Panamá, que não tinha fim político...
- Adeus, tu és muito falador. O céu é dos grandes silêncios contemplativos.⁴⁵

Machado via o “caso Abel Parente” como uma questão de ordem pública. Ecoava uma preocupação mais abrangente com o futuro do país, semelhante ao editorial do *Cidade do Rio*, que apontava o contrassenso de se permitir a esterilização de mulheres brasileiras e ao mesmo tempo se admitir a necessidade de mão de obra importada. Como o cronista estava sonhando (ou delirando), ele podia imaginar uma conspiração entre Giovanni Giolitti (1842-1928), então primeiro-ministro italiano, e seu compatriota Abel Parente, inspirados ambos por Francesco Crispi (1818-1901), que fora proeminente no processo de unificação do estado italiano no século XIX. Quando foi primeiro-ministro, entre 1887 e 1891, Crispi supervisionou a emigração de trabalhadores italianos (para países como Brasil e Estados Unidos) como política de estado que visava criar uma identidade italiana e um nicho de negócios – como a “cozinha italiana” – no comércio transatlântico.⁴⁶ Isso não parecia bom negócio para o Brasil, pensava Machado. Mas é importante notar a desqualificação desse posicionamento dentro da própria crônica, quando São Pedro se despede abruptamente e lhe pede que se cale.

Mestre na arte de dizer sem dizer, Machado acreditava que a esterilização era uma questão de foro íntimo; devia ser reservada aos consultórios médicos e ficar longe dos tribunais. Mesmo assim, ele deixava claro que não confiava em Abel Parente, a quem chamou numa crônica, no mês seguinte, de “patrício de Maquiavel”, sugerindo abertamente ardil e dissimulação na prática do ginecologista.⁴⁷ Machado chama o debate de “guerra civil”, dando a dimensão do impacto que causou. Ele aponta que o escândalo era bom negócio para Abel Parente, pois a resistência e o estardalhaço que se seguiram ao anúncio dos jornais só tornavam o invento cada vez mais conhecido e procurado. Três anos depois, numa crônica de janeiro de 1896, o cronista rememorou o caso e reafirmou seu posicionamento ambíguo. Machado escreve que tanto os defensores quanto os acusadores tinham razão – “era difícil adotar uma opinião sem ficar olhando para outra com saudade, como aquele irresoluto da comédia, que acaba escolhendo uma das duas moças a

⁴⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12/02/1893. p. 1.

⁴⁶ Ver: CHOATE, Mark. *Emigrant Nation: the making of Italy abroad*. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/03/1893. p. 1.

quem namora, mas suspira consigo: ‘Creio que teria feito melhor escolhendo a outra’.⁴⁸ De qualquer maneira, incomodava-o que se desse a um médico (ou a qualquer pessoa) o poder de decidir quem devia e não devia nascer.

O “caso Abel Parente” e o romance naturalista *O aborto*

Naquele início de 1893, outro acontecimento escandalizou a sociedade e ampliou o debate sobre a interrupção da gravidez: a publicação do romance naturalista *O aborto*, do escritor macaense Alberto Figueiredo Pimentel.⁴⁹ Com linguagem naturalista e científica, o romance narra a vida da jovem Maria Rodrigues, moça de 17 anos, natural de Rio Bonito e de posição social razoável, que, com os pais, muda-se para Niterói nos últimos anos da monarquia, em busca de uma vida melhor, longe do tédio e da mediocridade do interior. O romance descreve de forma direta e franca as consequências de uma gravidez indesejada e interrompida por um aborto. Com venda de 6 mil exemplares em alguns meses – número impressionante para a época –, a obra obteve sucesso imediato.⁵⁰ Histórias e polêmicas sobre o sexo e a “clínica de senhoras” estavam na ordem do dia.

Como a ação do romance se passa na década de 1880, a legislação em vigor é o Código Criminal do Império. O trecho que trata do crime do aborto aparece na Parte Terceira – “Dos crimes particulares”, Título II – “Dos crimes contra a segurança individual”, Capítulo I – “Dos crimes contra a segurança da Pessoa e Vida”, na seção II sobre o “Infanticídio”. Na redação do texto jurídico, o crime de aborto incluía o ato de fornecer, com conhecimento de causa, drogas, ou quaisquer meios para produzir o abortamento. “Se este crime for cometido por médico, boticário, cirurgião ou praticante de tais artes, penas dobradas”, explicava a lei imperial, para consternação de Mário, estudante de Farmácia, que, no romance, era o pai da criança indesejada. Ao se ver grávida, Maricota pede ajuda ao estudante e lhe pergunta sobre algum remédio que interrompesse a gravidez. Ciente de que estava cometendo um crime, Mário diz que havia alternativas, mas lhe pede segredo:

- Tenho muitos [remédios], embora não haja realmente abortivos. A única coisa infalível é o puncionamento do óvulo, mas a isso não me atrevo: é uma operação arriscadíssima...
- Mas um xarope qualquer, um remédio caseiro?
- É o que vou ver... Olhe que é uma coisa grave o que vamos fazer. A lei pune os abortos provocados, no Artigo 200 do código criminal. Sabemos bem disso, porque, na Escola, muitas vezes caçoávamos uns com os outros. Escuso de te recomendar todo segredo.
- E não há perigo?
- Não, absolutamente nenhum. Deixa estar que arranjarei tudo da melhor forma possível. Em todo caso, acalma-te.⁵¹

Para provocar o aborto, o estudante recorre a uma beberagem chamada “cozimento de sabina”. O nome científico da planta da qual se extraía o xarope era *Juniperus Sabina Linnaeus*, da família das cupressáceas, espécie de arbusto semelhante aos ciprestes. Por sua propriedade emenagoga – a de

⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/01/1896. p. 1.

⁴⁹ PIMENTEL, Alberto Figueiredo. *O aborto*. Rio de Janeiro: Livraria do Povo, 1893.

⁵⁰ Ver: CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. De “O artigo 200” a “O aborto”: trajetória de um romance naturalista. *Letras*, v. 23, n. 47, jul./dez. 2013. p. 37-58; EL FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

⁵¹ PIMENTEL, Alberto Figueiredo. *O aborto*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 129.

restabelecer o fluxo menstrual –, a planta é procurada para as práticas de aborto até hoje, apesar de conter substâncias tóxicas que envenenam o organismo da gestante, provocando hemorragia que pode levar ao óbito,⁵² como ocorre com Maricota no romance.

Em abril de 1893, em *O Álbum*, Artur Azevedo chamou a atenção para as semelhanças entre o “caso Abel Parente” e o romance de Figueiredo Pimentel. Percebendo uma relação entre as boas vendas do livro e a investigação policial em curso, Artur escreve que *O aborto* parecia ser inspirado na “famosa descoberta do ginecologista Abel Parente, que juntos escandalizaram os terrenos da literatura e da ciência”.⁵³ O romance de Figueiredo Pimentel era a publicação em formato de livro de um folhetim saído no jornal niteroiense *Província do Rio*, em 1889 – anterior, portanto, ao anúncio da descoberta do médico italiano.⁵⁴ Mas isso não turvava a perspicácia de Artur em relacionar os dois eventos. Esse “choque topográfico” criou uma sensação de leitura, porque tanto o livro de Figueiredo Pimentel quanto o “caso Abel Parente” galvanizaram o interesse do grande público e fomentaram o debate científico sobre o aborto, na mesma época.⁵⁵

Arquivamento do processo e desdobramentos

Passado o período dos depoimentos, Viveiros de Castro pediu o arquivamento do processo por falta de provas. Para dar destaque ao fim do inquérito, *O País* transcreveu o “documento da promotoria pública” na primeira página da edição de 30 de maio de 1893. Para Viveiros de Castro, a ineficácia eventual de um procedimento médico não podia ser comparada com charlatanismo ou práticas pseudocientíficas. Além disso, a acusação, alegando segredo médico, não foi capaz de dar os nomes das pacientes que conceberam depois de esterilizadas, nem precisar onde e quando ocorreram os fatos narrados. Como lembrou Pardal Mallet, no Direito “o ouvi dizer” não servia.⁵⁶ Embora as queimaduras nos fetos apresentados pela Sociedade de Higiene do Brasil sugerissem a prática do aborto, a acusação, outra vez em nome do segredo médico, não foi capaz de provar que o ginecologista foi o profissional que havia prestado atendimento às gestantes a quem se atribuíam os fetos. O golpe final contra o caso da acusação veio com o resultado do exame médico-legal. Segundo os especialistas, não havia as alegadas queimaduras nos fetos, tornando inócua a acusação.⁵⁷ Desde o início, a falta de um fato criminoso colocava sob suspeição as bases legais do inquérito policial.

A consagração de Abel Parente ocorreu em junho de 1893, com a edição de número 25 de *O Álbum*, que dedicava ao médico uma biografia laudatória assinada por Pardal Mallet. A revista, além de biografar “as personalidades da época”, trazia o retrato do biografado com o objetivo de construir uma memória da história cultural do Rio de Janeiro. Sem ocultar a pretensão de ser a “testemunha dos grandes acontecimentos” da última década do século XIX, por meio do moderno e influente registro fotográfico,⁵⁸ O

⁵² Ver: VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Ludibriando a natureza: mulheres, aborto e medicina. *História: Questões & Debates*, n. 47, 2007. p. 43-64.

⁵³ *O Álbum*, n. 25, Rio de Janeiro, abr. 1893. p. 107.

⁵⁴ Ver: CATHARINA, Pedro Paulo Garcia Ferreira. *Op. cit.* 2013.

⁵⁵ VIEIRA, Renata Ferreira. *Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. p. 54.

⁵⁶ *O País*, Rio de Janeiro, 1º/03/1893. p. 2.

⁵⁷ *O País*, Rio de Janeiro, 30/05/1893. p. 1.

⁵⁸ Ver: STOPA, Rafaela. *As crônicas de Artur Azevedo na revista literária O álbum*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

Álbum propunha-se retratar os grandes vultos da sociedade que colaboravam para a inteligência nacional.⁵⁹ Com o gesto, Artur Azevedo colocava Abel Parente numa galeria de homenageados que incluía Machado de Assis, o compositor Carlos Gomes (1836-1896), o poeta Olavo Bilac e outras celebridades dos meios literário, jurídico e científico.

Comparando o processo judicial de 1893 às inquisições do século XVI, Pardal Mallet equiparou a trajetória do médico à dos “homens de ciência” de épocas passadas; um inovador incompreendido hoje e compreendido amanhã, como o médico belga André Vesalius (1514-1564) – considerado o pai da anatomia moderna e condenado à morte por ter sido pioneiro na prática da autópsia –, e o cientista italiano Galileu Galilei (1564-1642), perseguido pela Igreja por defender a tese então herética de que a Terra não era o centro do mundo.

Se ainda alguém houvesse com audácia para negar a veracidade dos prolóquios, aqui estaria o caso do Dr. Abel Parente para demonstrativa de que há males que vêm para bem. Tudo fizeram contra ele. Numa verdadeira campanha de extermínio, como só a sabe pelejar oficial do mesmo ofício, foram desde reclamar a intervenção da Justiça até a ameaça e ao propósito de uma deportação popular. E de tudo isso, dessa preocupação e desses dissabores de dias infundos, apenas resta um decisivo triunfo para o notável ginecologista, que mais forte se sente agora, retemperado por essa proclamação de inocência na devassa que lhe impuseram, como ouro de lei aquilatado na pedra de toque.

[...] A questão, nova em si, provocou reparo e comentário mais sentimental e impressionista do que estudado e científico. E os desafetos de classe, os inimigos, que o talento nunca deixa de conseguir quando entra em concorrência com as mediocridades, esposaram esse ponto de vista de crônica ligeira e deram-nos o triste espetáculo do academismo, rancoroso e exclusivista, coligado em massa, para o trabalho inquisitorial que condenara Galileu e condenara André Vesalius. Inúmeros foram os pareceres, então publicados, rançosos de ciência velha, todos a se resumirem nesta argumentação: “Como até agora nenhum tratado clássico fala num processo de prevenir para sempre a concepção, como nós, acadêmicos! não o sabemos e nunca pensamos nisto, é impossível que o Dr. Abel Parente o tenha descoberto”.

[...] Entraram em jogo todas as armas aparelhadas do jesuitismo subterrâneo. Cartões impressos e difamadores foram distribuídos às centenas. Artigos anônimos e insultuosos diariamente apareceram. E vozes autorizadas aconselharam que nenhuma doente fosse procurar o notável especialista, porque todas as senhoras que lhe comparecessem no escritório seriam chamadas à polícia e submetidas a rigoroso interrogatório, talvez não escapando a pronúncia de cumplicidade.

[...] Exacerbados, como então se achavam, os ânimos, a questão não podia correr à revelia do poder judiciário. E, assim compreendendo, a escrupulosa inteireza de caráter do Dr. Viveiros de Castro chamou-a ao seu fórum. Já sobre ela se havia pronunciado a autoridade sanitária que, a cargo de um homem de estatura intelectual e moral do Dr. Francisco de Castro, melhor respeito deveria merecer de seus colegas. A conspiração acadêmica entendera, porém, de passar por sobre o despacho daquele que se fez o herdeiro científico de Torres Homem. E a questão, afeta à Justiça, correu os seus trâmites legais, concluindo-se pelo arquivamento de um inquérito em que, entretanto, se deixara aos adversários do denunciado a mais inteira liberdade de prova, e em que estes foram os próprios a evidenciar o nenhum fundamento de encrespações, em sua totalidade filhas de uma paixão exclusivista e perseguidora.

Bem houve de tudo isto. Para nossa literatura médica este caso forneceu a magistral memória com que o Dr. Francisco de Castro justificou a justiça rigorosamente científica do seu despacho. Para o Dr. Abel Parente foi a consagração definitiva do seu invento, e a pedra de toque em que se apurou o valor intrínseco de sua individualidade. E para nós todos foi a prova de que a evolução dos séculos vai abolindo o particularismo opressor das confrarias.

Pardal Mallet.⁶⁰

⁵⁹ *O Álbum*, n. 1, Rio de Janeiro, jan. 1893. p. 1.

⁶⁰ *O Álbum*, n. 25, Rio de Janeiro, jun. 1893. p. 193-195.

Novo processo e manifestação

Apesar do reconhecimento do público letrado e da vitória no primeiro processo, os conflitos acerca do método contraceptivo de Abel Parente não desapareceram. Oito anos depois, em 1901, o ginecologista foi novamente investigado e processado. Segundo denúncia do médico Alfredo do Nascimento Silva, o método de esterilização de Abel Parente havia enlouquecido Maria Antonieta de Figueiredo Brito, mulher de 27 anos, casada e mãe de dois filhos, que contratara, sem a ciência do marido, os serviços do ginecologista. No dia 22 de novembro de 1900, Nascimento Silva comunicou na sessão da Academia Nacional de Medicina que havia apresentado uma denúncia ao chefe de Polícia “a respeito do processo de esterilização” de Abel Parente.⁶¹ Ao contrário do que ocorrera em 1893, desta vez a denúncia apresentava provas de um crime, pois as deformações no colo do útero da paciente confirmavam que o médico provocara um aborto numa noite em que fora chamado à casa da enferma.⁶² No longo depoimento que prestou ao delegado no dia 28 de novembro de 1900, Nascimento Silva acusou Abel Parente de ter retirado o feto em pedaços, “como se fossem tampões e demais peças curativas”. Em novembro de 1900, a paciente foi internada no Hospício Nacional de Alienados. Nascimento Silva arrolou 15 testemunhas que podiam comprovar o que dissera, entre elas, quatro médicos e o marido da vítima, Jerônimo Brito.⁶³

Em sua defesa, Abel Parente alegou que apenas fizera a obstrução das trompas de falópio da paciente. Para ele, a depressão e os surtos de Maria Antonieta eram de origem genética, pois seu pai – um médico que prestara serviços durante a Guerra do Paraguai – morrera louco. Como a paciente passou a ter delírios eróticos e usar vocabulário chulo, Abel Parente defendeu o diagnóstico de histeria, sem relação com o tratamento de esterilização. Ele alegava ter feito com sucesso o mesmo procedimento em várias pacientes que gozavam de perfeita saúde mental e física. Para a acusação, a loucura da paciente era proveniente da deformação dos órgãos genitais ocasionada pela intervenção cirúrgica, pois defendiam que havia uma relação entre o procedimento e a perda da razão. A função reprodutiva na mulher era tão vital quanto a respiração; interrompê-la artificialmente causava sérios danos à sua saúde, especialmente a das mulheres com histórico de demência na família como Maria Antonieta.⁶⁴ Segundo o relatório do Dr. Rego Barros, médico legista da polícia, enviado para o delegado auxiliar, o histórico de loucura na família era uma contraindicação da aplicação do tratamento.⁶⁵

Artur Azevedo novamente defendeu Abel Parente em *O País*. Assinando a coluna com o pseudônimo de “Elói, o herói”, o escritor corroborava a versão da defesa de que a loucura de Maria Antonieta era anterior ao tratamento, assim como apontava que a questão dos inimigos do médico não era a saúde da mulher, mas seu controle:

Outra operação que deu também lugar a muito falatório, foi a que praticou o Dr. Abel Parente, que, segundo se diz, pretendendo esterilizar o útero a uma senhora, esterilizou-lhe também os miolos. Resta saber se a infeliz já não estava doida quando foi ter com o médico, e se este já não está sendo acusado injustamente. Não desejo envolver-me numa questão de alta medicina, em que sou hóspede; mas quer me parecer que o Dr. Abel Parente faria mais negócio e teria menos aborrecimentos, se, em vez de esterilizar as mulheres, esterilizasse os homens. Não creio que por tão pouco endoidecesse algum. Há por aí muito pai de família que

⁶¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/11/1900. p. 1.

⁶² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º/12/1900. p. 1-2.

⁶³ *O País*, Rio de Janeiro, 29/11/1900. p. 2.

⁶⁴ ROHDEN, Fabíola. *Op. cit.*, 2000. p. 232.

⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 14/02/1901. p. 2.

daria a perna ao diabo para não ter mais filhos e todavia não se atreve a submeter as caras metades aos maravilhosos processos do conhecido operador.⁶⁶

O inquérito reavivou o “caso Abel Parente” e recolocou nas páginas dos jornais o debate sobre a contracepção e a interrupção da gravidez. Inimigos do ginecologista desde 1893, como Públio de Mello, reorganizaram as forças de oposição. A *Gazeta de Notícias* relatou ter havido boatos de que o médico Francisco de Castro teria ido à delegacia para declarar que a questão Abel Parente era movida exclusivamente por um grupo de médicos ignorantes e invejosos; era uma perseguição pessoal em que a ciência era só um pretexto.⁶⁷ No processo de 1901, a *Gazeta de Notícias* assumiu posição dura de oposição a Abel Parente, a quem atacava em longos editoriais de primeira página, exigindo investigação e condenação de crimes provados. A situação era mais difícil do que em 1893. Tanta consternação causou na sociedade a doença de Maria Antonieta de Brito, que chegou a ser levada ao plenário da Câmara dos Deputados por um parlamentar rio-grandense, para que a casa se manifestasse.⁶⁸

O auge do descontentamento se deu no dia 4 de maio de 1901, um sábado, quando uma multidão estimada em duas mil pessoas, na maior parte estudantes, protestou em frente ao consultório de Abel Parente, na rua do Ourives, no centro do Rio. A *Gazeta de Notícias* divulgou o episódio no dia seguinte e produziu uma gravura do protesto. Apesar de neutro, o relato da *Gazeta* carnavalizava a manifestação, dando-lhe uma dimensão cômica e festiva que desconstruía a pauta dos manifestantes.

Figura 2



A manifestação Abel Parente a 4 de maio de 1901.
Gazeta de Notícias/RJ, 05/05/1901, p. 2.

⁶⁶ *O País*, Rio de Janeiro, 02/12/1900. p. 1.

⁶⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16/03/1901. p. 1.

⁶⁸ *O País*, Rio de Janeiro, 27/11/1900. p. 1.

Ao meio dia de ontem reuniram-se nas imediações da Escola de Medicina alunos de diversas escolas superiores de ensino, constituindo uma massa superior a oitocentos estudantes.

Quando se preparavam os rapazes para sair à rua, em passeata, apareceram entre eles duas senhoras, uma delas, dizem que até em lágrimas, pedindo para que nada efetuassem contra o Dr. Abel Parente, que era indigitado como alvo do ridículo em pública manifestação de desagrado.

Os moços responderam atenciosamente que era firme propósito de todos tornar evidente a repulsa que lhes causava o médico esterilizador pela soma de atentados que sua clínica provoca contra a moral.

Esteve também presente o 3º delegado, Dr. Belizário Távora, a quem prometeram os estudantes que nenhum desacato praticariam, mesmo contra o manifestado.

Alguns seguravam um caixão que encerrava um boneco de palha, que era custodiado por um rapaz que trazia uma carapuça vermelha.

Grande número de manifestantes envergavam grotescas opas de metim, fazendo que mais de ordinário se encontra no mercado.

No caixão se lia a seguinte frase: “Graças ao meu parente, orai por ele”.

Nas pontas das bengalas ostentavam-se pequenos bonecos de louça, com cartazes em que se lia: “Extrato deletério de feto macho; as suas vítimas”.

Desceram pela rua da Misericórdia, tomaram pela rua do Ouvidor, saudando de passagem os jornais, dirigiram-se ao Largo de São Francisco para saudar os colegas da Escola Politécnica, seguiram depois pela Travessa São Francisco, rua Sete, Largo da Carioca, rua Gonçalves Dias, outra vez rua do Ouvidor. Passando o préstito em frente ao *Cidade do Rio*, aí um aluno obteve uma escada, trepou nela e do alto deitou formidoloso discurso.

É inútil observar que a marcha foi engrossando com os adeptos encontrados no caminho, de sorte que quando tomaram pela rua dos Ourives a multidão se elevava a umas duas mil pessoas.

Pararam todos em frente ao escritório do Dr. Abel Parente que se achava guardado por agentes de segurança, sob ordens do inspetor tenente Duarte Correia.

Começou então um coro sinfônico, ou que outro nome tenha, em que entrou em contribuição toda sorte de instrumento, desde gaita até a sanfona.

Foi uma verdadeira apoteose em seu gênero!

As janelas circunvizinhas se encheram; cabeças curiosas assomaram às portas; em todos os lábios havia um sorriso de satisfação.

É que o caso dava mesmo para se passar o resto do dia com boas disposições.

Onde estava o manifestado?

Ninguém o sabe.

– Por modéstia eclipsou-se, dizia um aluno.

– É que a comoção lhe embargou a voz, disse outro.

– Uma cousa assim nunca se viu, afirmou um terceiro.

Vozes avulsas esguicharam:

– Papão!

– Comilão!

– Devora crianças!

– Mata meninos!

No meio de tão estrondosas ovações, surge um ferrabrás de chanfalho e quer levar tudo a ferro e fogo...

– Eu sou a ordem e a paz! gritava o façanhudo, ameaçando engolir toda a manifestação.

A estudantada resistiu a pé firme e teve de correr à força os dois representantes do sossego urbano e suburbano.

Deu isso em resultado fugirem os dois praças com toda a força das pernas dos cavalos em que montavam.

Terminada a prova de apreço, dispersou-se a massa dos apreciadores do Dr. Abel Parente, os quais, formando grupos diversos, tomaram direções diversas.

No Largo do Rocio dá-se segundo incidente entre alguns estudantes e uma praça; felizmente tudo logo serenou.

Uma força composta de dez praças, que, comandada por um sargento, se dirigia para a rua dos Ourives, teve ordem de retroceder, da autoridade, que assim quis evitar qualquer irritação de ânimos, o que poderia dar lugar à ostentação da polícia, assim arregimentada.

Os soldados que promoveram o incidente na rua do Ouvidor foram presos.

Sabemos que o Sr. Dr. Abel Parente pediu a um seu colega que fosse à polícia reclamar garantias. Essas garantias foram dadas para que a casa deste cirurgião estivesse guardada por agentes de segurança.⁶⁹

⁶⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 05/05/1901. p. 2.

O julgamento só ocorreu em agosto daquele ano. A Junta Correccional da 3ª pretoria do Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1901, julgou procedente o processo contra o ginecologista, imputando a Abel Parente responsabilidade criminal e imperícia no exercício da profissão, condenando-o a 15 dias de prisão e ao pagamento das custas. Segundo o relatório do médico legista da polícia, a acusação de aborto não podia ser comprovada. O advogado de Abel Parente, João Severino da Fonseca Hermes, recorreu da sentença e pediu anulação do julgamento por erro na constituição da “junta correccional” e Abel Parente pagou fiança para ficar em liberdade.⁷⁰ Por fim, no dia 30 de outubro de 1901, a Câmara Criminal do Tribunal Civil e Criminal anulou, por falha processual, o julgamento que condenara o ginecologista.⁷¹ Essa decisão importava na prescrição da ação, pois já se completara um ano que Maria Antonieta de Brito fizera sua última visita ao consultório do Dr. Abel Parente. O processo foi arquivado e a fiança restituída.⁷² Com a carreira em ascensão, em 1907, Abel Parente foi indicado para membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em reconhecimento à sua contribuição para o avanço da ciência no Brasil.⁷³

A morte de Abel Parente

Em 1917, Abel Parente voltou para a Itália e vendeu as propriedades que adquiriu no Brasil. Ele morreu em Nápoles, em 24 de março de 1923, com 71 anos.⁷⁴ A imprensa brasileira deu a notícia em notas de falecimento, enquanto o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, reservou uma coluna para um obituário na primeira página da edição de 25 de março de 1923:

Em Nápoles, onde se encontrava há anos, faleceu ontem à tarde o Dr. Abel Parente. Trata-se de um de um médico que durante muitos anos residiu no Rio de Janeiro, aqui exercendo os deveres de sua profissão e tendo um grande número de amigos e de clientes.

O Dr. Abel Parente formara-se em Nápoles. Perto de 1890 transportou-se para essa capital.⁷⁵ Aqui começou desde logo a exercer a clínica ginecológica, ramo de medicina para a qual desde seus primeiros estudos havia revelado especial tendência. Aqui no Rio Abel Parente abriu uma Casa de Saúde em São Cristóvão, no prédio onde antigamente morou a Marquesa de Santos. Com uma grande fé na sua profissão, Abel Parente desde logo granjeou invejável nome, impondo a sua casa como uma das mais importantes do Rio de Janeiro.

Na sua numerosa e importante clínica de senhoras, ele ia reunindo casos interessantes, observações características. Mais tarde, apresentou seu processo de cura do fibroma e o seu método de esterilização feminina. A classe médica iniciou então uma violenta campanha em torno do nome de Abel Parente, procurando por todos os meios desacreditá-los no conceito público. Um acaso desagradável, uma operação malsucedida, foi o canto de vitória dos adversários do médico. Nessa ocasião o seu nome andou seriamente comprometido. A opinião de um grande nome, de Francisco de Castro, porém, veio ao seu encontro. E foi Francisco de Castro quem demonstrou à sociedade a nenhuma culpabilidade de Abel Parente no acidente que sobreviera à operação em discussão.

Aperfeiçoando-se cada vez mais nos métodos da cirurgia, Abel Parente se viu prejudicado em sua especialidade. Ele próprio reconhecia não ter excepcionais qualidades de cirurgião. Foi daí que resolveu dedicar-se a outro ramo da medicina. Sofrendo de diabetes, nela se especializou. Mercê de método enérgico, no qual aplicou as melhores conquistas da ciência contemporânea, conseguiu, em pouco tempo, curar-se da enfermidade que sofria. Desde essa ocasião, grande número de

⁷⁰ *O País*, Rio de Janeiro, 08/08/1901. p. 1.

⁷¹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31/10/1901. p. 2.

⁷² *O País*, Rio de Janeiro, 31/10/1901. p. 2.

⁷³ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 02/06/1907.

⁷⁴ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25/03/1923. p. 1.

⁷⁵ Trata-se de uma informação equivocada, como demonstram outras fontes consultadas neste trabalho.

diabéticos começaram a procurar Abel Parente, que os ia libertando, conforme podia, desse mal.
Há cerca de seis anos, Abel Parente transferiu-se para a sua pátria.
Ali o foi encontrar a morte agora.⁷⁶

Considerações finais

A confusão sobre os efeitos do método de Abel Parente no corpo das mulheres – se ajudava a prevenir ou a abortar – nunca desapareceu completamente. Um argumento central dos defensores do médico era negar que ele fosse um abortador. Entretanto, ao contrário do que ocorreu no primeiro processo, em 1901, a acusação produziu provas de que ele havia provocado um aborto numa paciente. Em novembro de 1900, na coluna satírica “Casa de Doidos”, na *Gazeta de Notícias*, assinada por Olavo Bilac e Pedro Rabelo (1868-1905), o conselho irônico do articulista confirmava a fama de abortador do médico: “Que patifaria! Se não puder evitar, porque faz mal, e de fato for nenê, na drogaria tem remédio, e lá vem o Dr. Abel Parente”.⁷⁷ Por isso a multidão em frente ao seu consultório, em maio de 1901, podia chamá-lo de “devorador de crianças” ou “mata-meninos”. Em fevereiro de 1893, em tom irônico, um editorial do *Cidade do Rio* sugeriu que o médico fosse tema de carro alegórico no carnaval, com o seguinte letrero: “Abel é parente de Caim; ninguém pode estranhar que ele seja inclinado ao fratricídio”.⁷⁸ Uma charge mostrava o médico armado com sua seringa esterilizadora.

Figura 3



O médico Abel Parente como fratricida.
Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 13/02/1893, p. 1.

O apoio dos homens de letras foi crucial para a vitória de Abel Parente nos dois processos. Embora a comunidade literária estivesse dividida, o médico contava com o apoio dos mais influentes agentes do campo, como o jornal *O País*, na pena do combativo Pardal Mallet, que também atuou como seu advogado nos tribunais. Embora a *Gazeta de Notícias* tivesse mudado de opinião em 1901, seu apoio foi fundamental

⁷⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25/03/1923. p. 1.

⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28/11/1900. p. 1.

⁷⁸ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 13/02/1893. p. 1.

em 1893 e nos anos seguintes. O apoio de Artur Azevedo contrabalançava com vantagem a censura de José do Patrocínio pelo *Cidade do Rio*. Colecionador de sucessos teatrais, escritor popular e querido que rivalizava em prestígio com Machado de Assis, Artur era um formador de opinião. Ele era conhecido como o “papá literário”, com capital simbólico para alavancar ou enterrar carreiras.⁷⁹ Artur e os colaboradores de *O Álbum* dominavam o campo literário brasileiro no final do século XIX. Eles ocupavam as colunas dos jornais de maior circulação e prestígio e tinham acesso aos livreiros com maior capacidade de distribuição e venda, como Baptiste-Louis Garnier (1823-1893), da Livraria Garnier, que editava os livros de Machado de Assis e Aluísio Azevedo. Em 1897, eles fundaram a Academia Brasileira de Letras. Ligado ao grupo, o médico Francisco de Castro foi admitido na agremiação, dois anos depois da fundação, em substituição ao visconde de Taunay (1843-1899). Quando Francisco de Castro morreu, em outubro de 1901, Abel Parente foi um dos seis homens que carregaram seu caixão.⁸⁰

Para setores da classe médica, havia dúvidas quanto ao fundamento científico do método. A audácia de Abel Parente de anunciar métodos de contracepção nas páginas dos jornais e não nos anais científicos, a que só os médicos (ou a elite letrada) tinham acesso, causou incômodo. Pelo despacho de Viveiros de Castro, ficamos sabendo que havia a preocupação de que o tratamento contraceptivo fosse feito fora das restrições expressas por Abel Parente nos anúncios. O temor era que, de posse desses conhecimentos, a mulher, sem receio de engravidar, transformar-se-ia em “simples máquina de prazer”, como explicou Públio de Mello: “Despertar o desejo de realização de gozos, sem o peso das consequências da prenhez, é [era] zombar de todos os princípios da moral e da ciência”; era o “adultério sem fecundação” ou a “prostituição clandestina”.⁸¹ Mas, como contra argumentou Pardal Mallet, a “prostituição clandestina” não passava de uma fantasia patriarcal que ultrajava a mulher. Ao mesmo tempo, era inegável que o tratamento de esterilização afrouxava o controle sobre o corpo feminino. Vale notar que na manifestação em desagravo a Abel Parente, em maio de 1901, só havia homens e que duas mulheres intercederam a favor do médico. Num momento lúcido, a paciente Maria Antonieta de Brito implorou que nada se fizesse contra o médico.⁸² O comentário de Artur Azevedo de que Abel Parente não teria problemas se esterilizasse os homens (em vez das mulheres) confirmava que a questão era o controle sobre o corpo feminino.

Isso não queria dizer que Abel Parente e seus defensores (com exceção, talvez, de Pardal Mallet) apoiavam causas libertárias. As declarações do médico na imprensa e os depoimentos do aliado Francisco de Castro deixavam claro que eles também eram movidos por uma fantasia de controle e domínio. Os opositores do médico moralizavam o debate científico ao se apresentarem como defensores dos “bons costumes”, mas Abel Parente e seus apoiadores faziam o mesmo quando defendiam a intervenção da ciência para impedir a propagação do que chamavam genericamente de “prole degenerada” – uma categoria típica do imaginário naturalista-decadentista do final do século XIX.⁸³ Num anúncio de 1900, Abel Parente, provavelmente escaldado pelo processo de 1893, deixava clara a relevância social do seu invento:

O autor o aplica *exclusivamente* no caso em que a defesa social pode e deve impor aos *doentes*, aos *anômalos*, aos *degenerados*, [para] não multiplicar o número de infelizes; os seres *degenerados*, ou afetados de *moléstias incuráveis*, não devem

⁷⁹ A expressão foi usada pelo escritor catarinense Oscar Rosas (1864-1925) em sentido crítico, numa crônica do jornal *Novidades*, Rio de Janeiro, 25/09/1890.

⁸⁰ *O País*, Rio de Janeiro, 15/10/1901. p. 1.

⁸¹ *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 18/02/1893. p. 1.

⁸² *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1º/12/1900. p. 2.

⁸³ PICK, Daniel. *Faces of degeneration: a European disorder, 1848-1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

procriar; bem assim nos casos em que a doente corre perigo de vida durante a prenhez, o parto, e o puerpério.⁸⁴ (Grifo no original)

Nos casos de mulheres alcoólatras ou sífilíticas, a decisão de esterilizar era da autoridade médica e independia da vontade da paciente. Eles acreditavam que faziam um favor a essas mulheres. Ainda que investidas em esferas distintas – Abel Parente na esfera pública e seus opositores na esfera privada –, ambas as partes do conflito atuavam no paradigma da dominação. Não se pode negar, entretanto, que a liberação da esfera privada era um avanço (caro às sociedades burguesas modernas) e um alento, especialmente para as mulheres. Além disso, não devia ser fácil a profissão de ginecologista e parteiro numa sociedade patriarcal.

Tanto a polêmica do “caso Abel Parente” quanto o romance de Figueiredo Pimentel colocavam em pauta temas até então inabordáveis da vida da mulher em fóruns públicos: a interrupção da gravidez e o sexo por prazer. Em fevereiro de 1893, a euforia em torno do caso fez aparecer, no Rio, “jornalinhos indecentes” que capitalizavam sobre o debate da esterilização feminina para vender impressos pornográficos.⁸⁵ Ocorria uma proliferação de discursos sobre o corpo e o sexo. Na crônica de março de 1893, Machado de Assis notou que a polêmica fizera introduzir um vocabulário científico nas conversas cotidianas.⁸⁶ O incômodo vinha da propagação de um saber que, em linguagem científica, literária ou pornográfica, colocava em xeque as hierarquias de gênero das sociedades patriarcais. Para muitos, era difícil distinguir entre as linguagens, pois tanto o debate sobre a esterilização quanto o romance *O aborto* pertenciam à ordem do pornográfico. Como notou Artur Azevedo em 1893, eram ambos os eventos ligados ao mesmo processo de disseminação do saber científico e de modernização dos costumes nos primórdios da República.

Leonardo Mendes: Professor associado do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores (FFP) e Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Letras do Instituto de Letras (ILE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seus interesses de pesquisa são a prosa de ficção brasileira de 1870 a 1920, naturalismo literário e história do livro e da leitura.

Renata Ferreira Vieira: Graduada em Letras (português/literatura) e mestre em Teoria Literária pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a dissertação “Uma penca de canalhas: Figueiredo Pimentel e o naturalismo no Brasil” (2015).

⁸⁴ *O País*, Rio de Janeiro, 31/12/1900. p. 2.

⁸⁵ *O País*, Rio de Janeiro, 22/02/1893. p. 1.

⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 26/03/1893. p. 1.